

TRIBUNA DA CIDADE

GILMAR CORRÊA

Micro, outlet e Brasília

Joelmir Betting, na sua coluna de terça-feira (02/05/95) nesse jornal, informa que a febre dos outlet centers já domina boa parcela da economia na região Sudeste. No Sul, no Paraná e Santa Catarina, os outlet representam a sobrevivência de milhares de micro e pequenas empresas, que vendem diretamente para o consumidor a produção do fundo de quintal, e que representam a ocupação de cerca de 80% da força de trabalho.

Na Itália, embora essa febre do outlet não virou moda como foi nos Estados Unidos — onde se criou a venda direta da maneira como é feita no Brasil —, os empresários das MPE's garantiram a sobrevivência dos seus negócios e o equilíbrio financeiro do país. Foi com um programa favorável aos pequenos negócios que o governo italiano conquistou espaço e respeito na economia da Europa.

No Ceará, são mais de mil associações de micro e pequenas empresas que cuidam dos interesses dos patrões, erroneamente definidos como "pequenos empresários". Essas entidades foram criadas na esteira da política de incentivos fiscais do governo estadual. Naquele estado, graças à política de incentivos ao fundo de quintal, milhares de pessoas encontraram alguma ocupação.

A mesma política, com ligeiras modificações e experiências adotadas em alguns estados, poderia ser implementada no Distrito Federal. Experiências como encubadoras empresariais — com 10 a 30 microempresas — e condomínios empresariais, onde diferentes empresas poderiam utilizar a infra-estrutura comum, sem prejudicar a concorrência de seus produtos. Em Criciúma, no Sul de Santa Catarina, um condomínio empresarial já divide, por exemplo, o refeitório para os empregados das pequenas empresas ou o sistema de tratamento de



Os outlet
centers
do ramo têxtil
podem absorver
a mão-de-obra

hoje dispersa
nos bolsões de
pobreza das
cidades do DF

efluentes da tinturaria de jeans.

Muito se discute em Brasília o necessário tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas. Num artigo publicado na página 2 de domingo, o presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, Sérgio Koffes, observa que muitas empresas funcionam clandestinamente em Taguatinga. Ele defende a idéia — extremamente importante para a legalidade desses empreendimentos — de desnormalização, sem a interferência de contadores, por exemplo.

A idéia, muito boa, não é nova. Ela enfrentará oposição do próprio aparelho do Estado, como ocorre em outros estados da federação. Algumas das sugestões que tramitam nos parlamentos estaduais, propõem a regulamentação da atividade na própria casa do empresário, desde que a atividade não prejudique o meio ambiente ou a segurança do vizinho.

O Distrito Federal e o resto do Brasil deveriam incentivar cada vez mais a criação e as atividades das micro e pequenas empresas. Algumas das grandes empresas que estão no mercado internacional surgiram no fundo de quintal e só puderam crescer burlando o controle estatal. Quantas mais não poderiam ser grandes se estas exigências fossem menores? Ou que tivessem acesso a investimentos a custos baixos?

Numa viagem que fez à Amazônia, o presidente Fernando Henrique Cardoso sugeriu que o Sebrae, que sobrevive graças a folha de pagamento das empresas, fosse um banco de fomento para a micro e pequena empresa. A proposta, aliás, já vem sendo discutida com regularidade, mas dentro da Caixa Econômica Federal, que seria um banco de desenvolvimento dos pequenos negócios.

O Distrito Federal precisa incentivar sua vocação econômica. Pequenas empresas que se dedicam à agroindústria, ao comércio e à produção de produtos que não agredam o ambiente. Os outlet centers-do-ramo têxtil poderiam absorver a mão de obra hoje dispersa nos bolsões de pobreza das cidades próximas ao Plano Piloto.

■ Gilmar Corrêa é editor executivo do Jornal de Brasília